



**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.120/2025**

Processo de Impugnação nº 37.470/2025 - Processo Licitatório nº 09.784/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.120/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA A GESTÃO DO SISTEMA DE PONTO EM NUVEM DOS SERVIDORES PÚBLICOS**, possibilitando o controle de frequência de entrada e saída, Gestão de Escala de Plantão e Gestão de Controle de Férias, com fornecimento do software, cadastro de banco de dados com todos os servidores públicos existentes, manutenção preventiva e corretiva, atualizações, garantia de funcionamento, suporte técnico, para atender as necessidades da Subsecretaria de Recursos Humanos, pelo período de 05

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa **ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRONICOS LTDA, CNPJ 07.585.966/0001-87**, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, em 04/10/2025, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.120/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria n.º 632/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DO RELATÓRIO



Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

A Administração Pública deve analisá-la em razão do Princípio da Autotutela, objetivando corrigir possíveis irregularidades, segundo recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria n.º 632/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

II. DOS PEDIDOS

Em síntese, a impugnante apresenta as seguintes alegações, apontando irregularidades no edital:

DA OMISSÃO NO DETALHAMENTO TÉCNICO EXIGIDO NAS CLÁUSULAS 3.5318 E 3.11.6 DO TERMO DE REFERÊNCIA, as exigências técnicas contidas no edital contrariam os princípios que regem as contratações públicas, haja vista o subjetivismo nos termos. Assevera, ainda, que a ausência de definição objetiva e criteriosa prejudica a eficiência do processo licitatório;

DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS PARA AMOSTRA, o edital em comento possibilita a apresentação do item “Totem/Tablets”, desta feita, a impugnante alega que a falta do detalhamento torna essa exigência um procedimento meramente formal e incapaz de assegurar a eficiência da contratação, uma vez que haveria equipamentos com tecnologia e mecanismos que proporcionam mais eficiência e segurança no registro da jornada de trabalho, ademais tais dispositivos não foram projetados para operar como ponto eletrônico.



DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, o instrumento convocatório impõe ao licitante apresentação de um ou mais atestados de Capacidade Técnica, onde comprove ter executado ou estar executando serviços compatíveis, no entanto, flexibiliza o entendimento quando o termo “serviços com objeto similar” possibilita que haja equivalência do reconhecimento facial ao reconhecimento por biometria. Ao modo que a “aceitação de atestados que comprovem apenas experiência com equipamentos baseados em biometria digital tende a fragilizar o processo licitatório, uma vez que não traduz experiência efetiva no fornecimento da solução pretendida pelo Município.”

DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD), restringir a qualificação técnica a experiências anteriores não é suficiente para garantir a segurança e a confiabilidade tecnológica no contexto onde há manipulação de dados sensíveis dos servidores públicos. Por conseguinte, é imprescindível que a empresa contratada desmostre possuir certificações voltas à proteção de dados e à segurança da informação. “Nesse aspecto, a Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência estabelece requisitos específicos de validade jurídica para os sistemas de registro eletrônico de jornada, dentre eles a necessidade de que o software esteja devidamente registrado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.”

III. DA ANÁLISE TÉCNICA

Após análise, o presente processo restou encaminhado para a secretaria requisitante, onde emitiu parecer alegando que a impugnação foi apresentada no prazo legal, mas a empresa utilizou base legal revogada (Lei nº 8.666/93). O parecer esclarece que o fundamento correto é o art. 164 da Lei nº 14.133/2021, que regula impugnações e prazos.

A impugnação alegou subjetividade na exigência de integração.



O parecer entende que não há irregularidade, pois o sistema de folha usado é da E&L, e a vencedora deverá garantir a integração.

A ausência de termos como API e POC não compromete o certame, já que o excesso de tecnicismo restringiria a ampla concorrência.

Quanto aos requisitos dos equipamentos (Totem/Tablets), a impugnante pediu mais critérios técnicos. O parecer afirma que o edital é adequado, pois permite diversas tecnologias e exige relatório técnico de compatibilidade.

A previsão de uso de totem e/ou outro com a mesma funcionalidade atende à ampla concorrência e assegura eficiência.

Ainda, a impugnante citou itens inexistentes (18.1 e 18.1.1); os corretos são 8.16.1 e seguintes, que já tratam da comprovação técnica e quantitativa (mínimo de 50% do objeto).

O edital prevê aceitação de vários tipos de atestados e somatório para comprovação da capacidade técnica.

Quanto a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a impugnação alegou ausência de exigência da LGPD, o que foi refutado. Os itens 3.6.3 e 9.2.12 do edital já determinam conformidade total com a Lei nº 13.709/2018.

Desta feita, a impugnação é tempestiva, mas não merece acolhimento, o edital está de acordo com os princípios da ampla concorrência, legalidade e eficiência. Determina-se o indeferimento da impugnação e o prosseguimento do certame, conforme o art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

IV. DA ANÁLISE DA PROCURADORIA



A Procuradoria analisa a impugnação interposta, confirmando que o exame da matéria observa o **art. 164 da Lei nº 14.133/2021**, que regula a apresentação e resposta de impugnações.

O parecer destaca que não há ilegalidade nos itens questionados do edital e que os dispositivos impugnados estão em consonância com os princípios da ampla concorrência, legalidade e eficiência. Quanto a análise das alegações da empresa, **a Integração com o sistema E&L:** a exigência é legítima, pois decorre da necessidade de compatibilidade com o sistema já utilizado pelo município; **Ausência de especificação técnica detalhada:** a Procuradoria concorda com o entendimento da Secretaria de RH de que o edital não deve impor tecnologias específicas (como API ou POC), sob pena de restringir a concorrência; **Totens e tablets:** a previsão de equipamentos com funcionalidades equivalentes é válida e garante isonomia entre os licitantes; **Capacidade técnica e LGPD** o edital já exige comprovações adequadas e observância à **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018)**.

Desta forma, a Procuradoria opina **pelo indeferimento da impugnação**, mantendo o edital em sua forma original, por ausência de vícios ou irregularidades.

A Procuradoria acompanha o entendimento da Secretaria de RH e manifesta-se **pelo indeferimento da impugnação apresentada pela ID STORE**, considerando o edital regular e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

V. DA DECISÃO

Diante do exposto, com fundamento no art. 164 e demais disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como subsidiado pelos pareceres técnico da Subsecretaria de Gestão e Recursos Humanos e jurídico da Procuradoria-Geral do Município, **CONHEÇO** a presente impugnação e, no mérito, **INDEFIRO** os pedidos formulados pela empresa **ID STORE SERVIÇOS DE SISTEMAS E ELETRÔNICOS LTDA**, por entender que, as exigências editalícias



Comissão Permanente de Pregão III

relativas à integração de sistemas, qualificação técnica, requisitos de equipamentos e observância à LGPD são suficientes e proporcionais ao objeto licitado; as demais verificações técnicas necessárias (compatibilidade de amostras, prova de conformidade e demais testes) serão realizadas pela Comissão Técnica prevista no edital, nos termos dos itens aplicáveis; e a alteração proposta pela impugnante — nos termos pretendidos — implicaria em restrição indevida à competitividade sem justificativa técnica idônea nos autos.

Determino, assim, o **prosseguimento regular do certame** do Pregão Eletrônico nº 90.120/2025, com a manutenção integral das disposições editalícias ora impugnadas.

Publique-se a presente decisão na íntegra no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (<https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/>) e no Portal Compras.gov.br, conforme normativos aplicáveis.

Nova Friburgo, 10 de outubro de 2025.

Fernanda Medeiros Rodrigues

Pregoeira - Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036